

Oi,

Somos do curso de Filosofia da
Universidade Franciscana, e esse ebook é um
produto *exclusivo* criado pra você.
Nele, você pode ter um gostinho de como é uma
das primeiras aulas do seu futuro curso.
Ficou curioso? Então conheça nosso universo.

DIREITOS HUMANOS

Uma das perguntas que mais fazem a quem estuda filosofia é: o que estuda quem estuda filosofia? Diferentemente de outras disciplinas, nas quais há um objeto de estudo claramente delimitado (a biologia estuda os organismos; a matemática estuda os números; a sociologia estuda a sociedade; etc.), no caso da filosofia parece ser diferente. Afinal, o que estuda quem estuda filosofia?

Essa já é em si uma pergunta filosófica: o que pode contar como sendo filosofia? Estranha situação! Parece que, por um lado, não sabemos ao certo como responder a ela; de outra parte, contudo, parece que dizer que a pergunta sobre a natureza da filosofia faz parte da filosofia também não é descabido. Como explicar essa condição?

Uma das razões que poderíamos trazer para justificar esse estado de coisas é a de que a filosofia consiste em uma atividade na qual buscamos trazer clareza a nosso pensamento,

ou aos conceitos dos quais nosso pensamento geralmente precisa fazer uso. Pode muito bem acontecer que, ao final de um exame sobre os motivos que nos levam a adotar certos conceitos ou esquemas conceituais, nós nos sintamos inclinados a revisar nossas ideias, mudar nossa maneira de enxergar o mundo. Ou pode acontecer o contrário, claro: depois de examinarmos por que pensamos de tal e tal maneira, chegamos à conclusão de que nossas opiniões iniciais estão bem fundadas, assentadas sobre bases sólidas.

Uma das muitas maneiras nas quais as pessoas continuam a buscar esclarecer seus pensamentos é na área sobre os direitos humanos. Considere estas perguntas: o que são, afinal de contas, os chamados direitos humanos? Existem esse tipo de direitos? Se sim, como podemos justificá-los? Eles são importantes? Em que sentido?

Perguntas sobre o que existe em geral são costumeiramente trabalhadas na disciplina de metafísica. Dentro dessa disciplina, por excelência, costuma-se perguntar sobre que tipos de seres ou coisas existem realmente. De fato, a metafísica nos coloca perguntas bastante amplas, mesmo vertiginosas! Cabe mesmo perguntar-se sobre se ela efetivamente constitui uma ciência possível: é possível haver uma ciência sobre o que existe em geral? Bem, muitos pensadores e filósofos acreditaram ser capazes de dar resposta a esta questão com uma afirmação. (Um breve comentário: é por isso que a história da metafísica é um tema tão fascinante: nos colocamos em contato com verdadeiras aventuras do espírito humano em busca de algumas das questões mais profundas que podemos formular.)

Mesmo que tenhamos dúvidas quanto à viabilidade de uma ciência que se propõe a investigar o que existe em geral, cabe ao menos reconhecer que muitas perguntas ao menos semelhantes a perguntas tematizadas pela filosofia têm sentido, ao menos à primeira vista.

Retomemos a pergunta sobre os direitos humanos: é comum a condenação, por exemplo, de governos ou países que se mostram incapazes de resguardar o direito de seus habitantes a manifestar livremente sua voz; ou ainda, de governos que têm dificuldade em respeitar escolhas individuais de pessoas que não prejudicam a ninguém, e que dizem respeito unicamente à liberdade individual (liberdade de credo, de orientação sexual, etc.) Estamos aqui diante de questões onde comumente é denunciado o desrespeito aos direitos humanos. Mas o que são eles, mais precisamente? Eles existem de fato?

Se aceitamos que essas perguntas não são absurdas – quer dizer, suponhamos mesmo, de modo plausível, que aceitamos que se tratam de perguntas importantes para nós, no sentido de que gostaríamos de dispor de uma resposta adequada a elas – bem, então por onde poderíamos começar a respondê-las?

Parece não ser possível tentar dar uma resposta a elas sem ao menos nos arriscarmos na filosofia, uma atividade que não toma nada por garantido de antemão, mas que tampouco exclui o que quer que seja de seu domínio de

atenção. Dito de outra maneira: se queremos responder de maneira consistente à pergunta sobre a existência (ou inexistência!) de direitos humanos, não nos resta alternativa senão voltar nossa atenção para a filosofia. Como sugerimos anteriormente, esta é uma atividade por excelência na qual tentamos tornar claro para nós mesmos que tipo de coisas de fato existem. O que a filosofia tem a nos dizer sobre direitos humanos? Ela pode de alguma maneira nos iluminar quanto a esta questão?

É claro, as respostas dadas pela filosofia a esta questão não podem desconsiderar fatos históricos importantes da humanidade. Quer dizer, ainda que possamos reivindicar para a filosofia uma especificidade quanto às perguntas que ela levanta, o resultado obtido por ela seria o oposto ao esclarecimento das perguntas que desejamos ver respondidas caso ela desconsiderasse alguns pontos relativos a nosso passado. Como veremos, tais pontos parecem ser relevantes para considerarmos características importantes do conceito de direitos humanos.

Assim, é central lembrarmos do que autores costumam chamar de uma evolução histórica desses direitos (Steffens e Storck, 2013). Em gerações sucessivas, a humanidade testemunhou diferentes direitos serem reivindicados a título de inerentes à condição humana. Importantes figuras da história da filosofia política já nos acenam aqui: autores como Locke e Montesquieu são comumente pensados como fornecendo uma fundamentação teórica a pretensões típicas do nascimento do estado moderno. Assim, nessa primeira leva de direitos humanos, entram em cena direitos como os direitos à vida, à liberdade de pensamento e à propriedade privada.

Um segundo momento histórico corresponde à emergência dos direitos sociais, econômicos e culturais. Em consequência do desenvolvimento histórico da humanidade, passou-se a exigir uma postura ativa do estado frente a limitações formais da primeira leva de direitos. Constituições de diferentes estados e documentos legais internacionais passam a contemplar direitos como o direito à saúde, remuneração justa e

aposentadoria. Mais uma vez, há autores importantes da filosofia política que costumam ser invocados para justificar a inclusão desse rol de direitos anteriormente excluídos da atenção do estado moderno (pensemos, por exemplo em Karl Marx – notório crítico do que ele chamava de “formalidade” dos direitos da primeira geração).

Uma terceira geração de direitos humanos, por fim, possuem uma titularidade difusa ou coletiva, e se destinam à proteção de grupos; demonstram preocupação com as gerações presentes e futuras, assim como com a ordem mundial e o meio-ambiente. Aqui, estamos diante também de questões afeitas ao debate sobre o multiculturalismo.

	Movimento 1.	Movimento 2.	Movimento 3.
Contexto histórico	Revoluções políticas da modernidade. Formação do Estado Moderno	Revolução Industrial. Formação do <i>Estado de Bem – Estar Social</i>	Globalização
Reflexo na constituição, instituição e interpretação dos DH	Direitos naturais. Liberdade negativa. <i>O que o Estado não pode fazer.</i>	Direitos sociais. Intervenção positiva. <i>O que o Estado deve fazer.</i>	Cooperação entre Estados. Multiculturalismo e questões ambientais
Documentos políticos	Declaração de Independência (EUA, 1776); Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789)	Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)	Declaração e Programa de Ação de Viena (1993)

Quadro 1 – Os três movimentos dos direitos humanos (STEFFENS e STORCK, 2005)

Levando em conta esse desenvolvimento histórico e social, o qual nos dá uma concretude maior sobre como as perguntas sobre os direitos humanos se desenvolvem ao longo do tempo, podemos recolocar algumas das perguntas que fazíamos acima. Afinal, como podemos justificar a existência desses direitos? Estamos, de alguma maneira, justificados em afirmar sua existência?

É claro, não parece que para uma pergunta dessa natureza, sejamos capazes de oferecer uma resposta simples, capaz de eliminar toda dúvida que possa ser levantada nesse quesito. Mas ao menos a direção de um caminho a percorrer parece poder ser indicado. De acordo com essa perspectiva, os direitos humanos resultam de um questionamento que os seres humanos fazem sobre si mesmos e o seu modo de viver em sociedade. Central para a especificidade deste questionamento é a adoção de uma perspectiva ética e crítica (Culleton, Bragato e Fajardo, 2009).

Quer dizer, uma via promissora para explicar a existência ou a validade desses direitos depende da consideração sobre a maneira como os seres humanos estão relacionados com a ética, em especial de uma maneira crítica. Motivo pelo qual, parece não poder ser possível responder como são possíveis direitos humanos sem compreendermos por que a ética é importante para nós.

O que significa também dizer que é inevitável refletirmos sobre algumas das questões mais importantes trazidas pela filosofia prática, quer dizer, pela ética – essa área

da filosofia que busca fornecer uma orientação à ação humana. Dito de outra maneira, estudar os direitos humanos por meio da filosofia consiste em uma maneira pela qual buscamos fornecer respostas a algumas das questões mais importantes que orientam a maneira pela qual nós, seres humanos, nos organizamos em sociedade.

Trata-se de um estudo fascinante, movido por perguntas que provavelmente jamais vão desaparecer enquanto houver seres humanos.

REFERÊNCIAS:

CULLETON, A., BRAGATO, F., FAJARDO, S. Curso de direitos humanos. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

STEFFENS, N., STORCK, A. Filosofia Política e Direitos Humanos. In: SPINELLI, P. (org.). Diálogos com a escola. Porto Alegre: Evangraf, 2013. v. I.

Agradecemos a leitura e
esperamos você na
Universidade Franciscana.